

## Crescimento urbano e suburbanização no Grande Porto: uma perspectiva relacional

### 1. ENQUADRAMENTO GERAL

As abordagens que o fenómeno de suburbanização tem suscitado presupõem o seu entendimento como a consequência inevitável do fenómeno, mais geral, de desenvolvimento urbano. Vinculada ao desenvolvimento de efeitos centrífugos induzidos e regulados pela eficácia selectiva do centro urbano principal, a suburbanização é apresentada como a expressão de uma nova configuração espacial, sucedânea da urbanização concentracionista, surgindo estreitamente associada a um cenário de generalizado crescimento urbano. Em causa está um processo de concentração do capital (financeiro, físico e humano) em proveito das regiões urbanas, favorecendo o seu constante engorgitamento, do qual resulta a progressiva descentralização espacial de actividades, agentes e funções produtivas<sup>1</sup>.

Um dos reflexos mais visíveis de uma tal descentralização espacial e, por conseguinte, da dinâmica suburbana apresenta-se ao nível demográfico: à difusão espacial do crescimento do epicentro urbano é usual corresponder o seu amortecimento demográfico e, em contrapartida, a aceleração do ritmo de crescimento populacional nos espaços que lhe são periféricos<sup>2</sup>.

A utilização deste indicador de vitalidade demográfica para uma primeira visão das tendências dominantes de crescimento espacial presentes no Grande Porto — unidade espacial constituída pelo concelho urbano portuense e pelo conjunto dos que lhe estão adjacentes — mostra que a prevalente dinâmica demográfica suburbana não constitui uma situação recente. Ao contrário, e conforme se expõe no quadro n.º 1, verifica-se que desde o início do século vigente os concelhos periféricos ao concelho urbano do Porto polarizam quase ininterruptamente o dinamismo demográfico do Grande Porto.

---

\* Universidade do Porto, Faculdade de Economia.

<sup>1</sup> Sobre esta matéria, v., nomeadamente, Drewett (1986), Nijkamp (1983) e Walker (1981).

<sup>2</sup> V., nomeadamente, Berg (1982) e Drewett & Rossi (1981).

**Variación demográfica dos concelhos do Grande Porto**  
*Variación percentual da população*

[QUADRO N.º 1]

	1890/ 1900	1900/ 1911	1911/ 1920	1920/ 1930	1930/ 1940	1940/ 1950	1950/ 1960	1960/ 1970	1970/ 1981
Gondomar .....	4,1	18,0	9,3	19,0	24,1	15,1	19,1	24,2	24,4
Maia .....	8,2	19,0	7,8	13,1	25,4	18,6	22,2	19,3	27,7
Matosinhos .....	25,8	35,3	2,9	46,1	23,9	16,9	23,4	20,0	24,9
Valongo .....	5,9	16,5	6,9	16,8	36,7	18,5	19,2	23,9	55,7
Vila Nova de Gaia .....	13,3	14,1	1,1	19,8	16,3	11,7	17,6	14,9	25,1
Concelhos periféricos ...	11,8	18,9	4,2	23,1	21,9	14,8	19,8	19,2	27,8
Porto .....	13,2	15,8	5,4	13,6	12,5	8,8	7,8	-0,6	8,5
Grande Porto .....	12,5	17,3	4,8	18,3	17,4	12,1	14,5	10,9	20,6

Fonte: X, XI e XII Recenseamentos Gerais da População.

Da informação contida no quadro n.º 1 constata-se ainda o relativo desfasamento temporal existente entre a desigual evolução demográfica dos dois espaços em confronto: a progressiva quebra do ritmo de crescimento do centro urbano portuense nem sempre tem correspondência na aceleração do dinamismo populacional dos concelhos periféricos.

O primeiro dos resultados expostos chama a atenção para a prevalência do fenómeno de suburbanização (ou de crescimento dos espaços periféricos) sobre o de urbanização concentracionista, em termos de tendência de crescimento espacial dominante. Por seu lado, o segundo questiona a atribuição exclusiva ao centro urbano portuense de um papel regulador da dinâmica suburbana. Ambos põem em evidência o facto de o crescimento suburbano se dissociar, na área em estudo, da escala a que se processa a evolução do centro urbano principal, sugerindo, por isso, a possibilidade de aquele se eximir, ainda que parcialmente, aos efeitos de difusão espacial induzidos pela lógica de crescimento e estruturação do espaço urbano do Porto.

Sabe-se, no âmbito de investigação em curso, que é somente a partir dos anos 50 que se verifica o significativo impacto daqueles efeitos, por força da alteração do comportamento locativo de actividades e agentes sociais antes preferencialmente centrado no território cidadão<sup>3</sup>. Assim sendo, a análise do processo de crescimento urbano e suburbano durante a primeira metade do século tem justamente o interesse de permitir captar quais são as condições que sustentam as virtualidades da dinâmica suburbana acima esboçadas.

Mas importa ainda reflectir sobre a aparente marginalização do centro urbano principal na evolução dos espaços periféricos, pelo menos no âmbito da temporalidade referida. Não poderá esta constituir a expressão, precisamente, do precoce crescimento suburbano evidenciado no Grande Porto?

<sup>3</sup> Cf. Vázquez (1990); v. também Cardoso (1990).

Ou, por outras palavras, os espaços periféricos, a partir do conjunto de mecanismos e práticas sociais que estruturam o seu território, não poderão gerar, eles próprios, condições tendentes a provocar o lento crescimento do centro urbano principal?

Se assim for, a vulnerabilidade dos princípios explicativos que sustentam a compreensão do fenómeno de suburbanização, nos termos referidos no início, torna-se evidente. Em contrapartida, emerge a dimensão local do processo de crescimento urbano e suburbano e, sobretudo, o sistema de interações que aquela acciona.

A análise de algumas formas de articulação do centro urbano portuense com os espaços que lhe estão adjacentes durante a primeira metade do século, bem como dos mecanismos que as induzem, constitui o objecto das considerações que a seguir se efectuam. Naquelas formas se condensa e se revela um conjunto de processos e relações sócio-espaciais que permitem situar os fenómenos de crescimento urbano e de suburbanização no Grande Porto numa perspectiva relacional<sup>4</sup>. Sustenta-se, por isso, quer a influência do crescimento selectivo do centro urbano principal na ascendência suburbana, quer o impacto de dinâmicas e lógicas de organização territorial intrínsecas aos espaços periféricos na regulação do modo evolutivo da cidade do Porto.

## 2. A EVOLUÇÃO CONDICIONADA DO ESPAÇO URBANO PORTUENSE E A INDUÇÃO DE TENDÊNCIAS DE DESCENTRALIZAÇÃO RESIDENCIAL

Avaliado em função dos seus aspectos fundamentais, o modo como se apresenta a evolução e a organização espacial da cidade do Porto no decorrer da primeira metade do século vigente pode ser resumido em três traços característicos:

- Permanência temporal da sua configuração espacial, expressão da inexistência de significativas tendências de produção urbana de extensão no interior dos limites administrativos da cidade, em especial no arco constituído pelas freguesias envolventes do núcleo central;
- Prevalência da rede viária irradiante da mancha urbana central na orientação direccional do espaço edificado e da centralidade na incidência espacial do padrão de intensificação/compactação deste;
- Evolução moderada das tendências de diferenciação espacial e de especialização funcional: ao iniciar a década de 50, o território citadino mantém o essencial da estrutura espacial emergente na primeira década do século, traduzível: a) na relativa especialização funcional decorrente do padrão locativo central de funções associadas à gestão administrativa, ao sistema financeiro e aos serviços e comércio especializados;

---

<sup>4</sup> V. também Vázquez (1989 b).

b) na predominante localização circuncêntrica, embora espacialmente fragmentada, das unidades industriais de vulto, e c) na coexistência, quase geral, do uso residencial com os demais<sup>5</sup>.

Este modo evolutivo do espaço urbano portuense resulta compreensível perante o lento crescimento demográfico e a relativa ausência de fricções na estruturação funcional do espaço que deriva da lenta expansão do investimento industrial e da economia em geral: mas há que ter em atenção também os condicionalismos legais que então afectam a produção do espaço edificado (vínculo da edificação ao arruamento, restrições à divisibilidade das parcelas via operações de loteamento), em conjugação com a ausência de práticas disciplinadoras da formação e apropriação individual da renda fundiária urbana (Garrett, 1974, *a e b*) e, mais importante, com a prevalência de processos de produção e de consumo de habitação que dão conteúdo à persistência desta forma de evolução espacial (Cardoso, 1990).

Interpõe-se aqui a questão de se saber até que ponto a quase ausência de mutações na forma de crescimento do território citadino não resulta inevitável perante o desenvolvimento de modalidades de articulação periférica do crescimento citadino, induzidas ou não pela lógica evolutiva deste.

Como ponto de partida para a análise desta questão, importa atentar na relativa incapacidade da cidade do Porto em dar resposta a segmentos da procura de habitação associados aos estratos menos solventes da população. Esta incapacidade deriva da insuficiente provisão institucional de habitação de baixo custo e da selectividade da sua atribuição (Cardoso, 1983), da saturação das formas de habitação daquele tipo existentes (Gros, 1982; Teixeira, 1985) e da sua difícil promoção por particulares. Dificuldade esta que decorre: a) da importância do valor do solo na afectação selectiva do seu uso nas zonas mais cêntricas; b) dos efeitos provocados na redução da oferta de solo potencialmente edificável nas zonas mais excêntricas e, então, na elevação do seu custo, quer pela elevada dimensão das parcelas nestas zonas, quer pela reduzida densidade viária nestas existente, quer ainda pelas condicionantes legais à edificação acima mencionadas. É que estes aspectos restringem os agentes sociais intervenientes na produção do solo edificado para fins residenciais. Em particular, tornam socialmente selectiva a produção de habitação, inibindo, em suma, a produção individual de habitação de baixo custo (Cardoso, 1990).

Esta inibição da cidade do Porto em servir de suporte residencial a grupos sociais de baixos recursos não deixa de ter efeitos na diminuição da capacidade local de absorção demográfica, induzindo, em contrapartida, o desenvolvimento de práticas de *descentralização residencial*, protagonizadas por aqueles grupos e suportadas pelos concelhos periféricos.

Tais repercussões observam-se a partir dos anos 20, em consonância com a funcionalidade do Grande Porto como ponto de aplicação dos movimen-

tos migratórios definitivos originários do seu exterior. E, se num primeiro momento (1920-30) a reacção predominante é de ajustamento às condições de alojamento de baixo custo existentes na cidade — embora em paralelo com a tendência descentralizadora referida — através de mecanismos de invasão/subdivisão<sup>6</sup> facilitados pela conjuntura emigratória ocorrida na cidade durante a década antecedente, posteriormente, este tipo de reacção só se verifica quando estão em causa práticas locativas peculiares<sup>7</sup>, estimulando-se, em contrapartida, as referidas práticas descentralizadoras (Vázquez, 1989 a).

A lógica evolutiva do centro urbano principal, associada à sua deficiente infra-estrutura em matéria de habitação de baixo custo, vai, assim, concorrer para a *inevitabilidade* do seu lento crescimento demográfico e para a permanência da sua configuração espacial.

De sublinhar também o facto de aquela lógica induzir estratégias de descentralização residencial *não* reguladas pela dimensão urbana. Com efeito, àquela descentralização *não* está subjacente a saturação demográfica da cidade ou o consumo extensivo do seu espaço edificado nem a repulsão espacial do uso residencial por efeito da intensificação de processos de especialização funcional e de diferenciação espacial (Drewett e Rossi, 1981; Walker, 1981).

Tenha-se ainda em atenção o facto de a sua expansão ser particularmente devedora da incidência de fluxos imigratórios desajustados das solicitações exercidas pela base económica cidadina, aspecto a que adiante se fará referência mais desenvolvida.

### 3. A ARTICULAÇÃO DOS ESPAÇOS URBANO E SUBURBANO: QUE DETERMINANTES?

Sabe-se que o crescente dinamismo demográfico apresentado pelas freguesias periféricas mais próximas do concelho central portuense — e, portanto, a vitalidade do espaço residencial que lhe está subjacente — constitui a expressão de estratégias locativas da residência associadas quer a um quadro de mediação residencial exercido por aqueles espaços face ao fluxo imigratório suscitado pelo pólo urbano-industrial do Porto, quer a processos de transferência populacional do centro para a periferia decorrentes de uma anterior fixação precária na cidade, quer ainda a fenómenos de proliferação de padrões de fixação residencial periférica já existentes (Vázquez, 1989 a).

As duas primeiras formas de descentralização residencial, bem como a terceira, quando associada a uma anterioridade temporal daquelas, ajustam-

<sup>6</sup> De atentar que o processo de invasão/subdivisão permite reduzir, ainda que à custa da instalação em compartimentos ou partes de compartimentos, o custo do alojamento.

<sup>7</sup> Associadas quer a estratégias de alojamento provisório, quer a formas de trabalho atípicas — mas necessariamente centrais e urbanas — permitidas pela potencial capacidade de absorção de mão-de-obra que deriva de certas actividades cidadinas (comércio ambulante, tarefas associadas ao tráfego portuário...) inseridas no sector não formal da economia urbana.

-se às características de eficácia selectiva do espaço residencial citadino analisada na secção anterior. Mas ajustam-se também às contrapartidas locativas oferecidas pelos espaços periféricos.

A extrema parcelarização da propriedade fundiária — que resulta da fácil fragmentação dos prédios rústicos, ainda que de pequena dimensão, quando destinados à construção ou ao arrendamento rural<sup>8</sup> —, a elevada densidade da rede viária não fundamental e a ausência de formas de controle urbanístico constituem atributos dos espaços periféricos com impacto na fixação residencial de agentes sociais de recursos escassos. Com efeito, garantem um elevado nível de oferta de solo potencialmente edificável a custos acessíveis, com repercussões na produção e consumo de habitação de baixo custo, como Cardoso (1990) detidamente analisa.

Mas, além disso, permitem o desenvolvimento de estratégias de articulação da habitação com o cultivo de pequenas parcelas rurais, mesmo que somente para fins de subsistência ou autoconsumo, garantindo, desse modo, *um baixo custo de reprodução social*, que se adiciona ao que deriva das condições de alojamento referidas.

Numa publicação do final do período em análise, cuja referência geográfica é o Grande Porto, coloca-se em evidência, precisamente, esta *regulação local* dos efeitos de difusão urbana: a propósito da residência periférica dos operários industriais inseridos no mercado de trabalho portuense, sustenta-se como causas «[...] a falta na cidade de casas modestas e a conveniência que sentem esses operários de terem uma casa com horta» (Garrett, 1950, p. 16).

Este registo tem a oportunidade de remeter, por outro lado, para a incidência de fenómenos de pendularidade em direcção ao centro urbano principal induzidos pela exterioridade residencial em causa. Aqui importa notar que o impacto desta exteriorização no alongamento dos percursos casa/trabalho para estratos sociais dotados de reduzida mobilidade é atenuado pela elevada instrumentalidade da rede de transportes públicos, proporcionada pela sua extensão suburbana e pelo baixo custo das tarifas. Este facto patenteia-se, aliás, no conflito que no final da década de 30 opõe o município portuense e a companhia concessionária da rede, o qual tem por base o aumento das tarifas nas ligações suburbanas exigido por esta e que culmina na municipalização do serviço de transportes colectivos do Porto em 1946<sup>9</sup>.

Deste modo, a cidade do Porto vai acabar por subsidiar, financeiramente, uma exterioridade residencial que deriva, ainda que de forma parcial, da quase ausência de investimentos na produção de habitação de baixo custo...

---

<sup>8</sup> Apesar de ter sido criada em 1929 legislação contrária à divisibilidade dos prédios rústicos, aqueles fins encontram-se nela salvaguardados (cf. Decreto com força de lei n.º 16 731, de 13 de Abril de 1929).

<sup>9</sup> O resgate da concessão àquela companhia é deliberado em 1936, com efeitos a partir de 1941. Todavia, as vicissitudes associadas à Segunda Grande Guerra Mundial levam ao adiamento da sua execução.

A incidência periférica de movimentos pendulares com um dos extremos localizados no epicentro urbano encontra-se numa outra dimensão da funcionalidade residencial dos espaços suburbanos vinculada à dinâmica urbana através das solicitações exercidas pelo mercado de trabalho do pólo urbano-industrial do Porto, embora não sujeita à eficácia selectiva do seu espaço residencial.

Com efeito, aquelas solicitações, ao incidirem sobre uma zona de densidade demográfica tradicionalmente elevada, ou seja, sobre uma força de trabalho *previamente localizada* na periferia, desde cedo contribuíram para o desenvolvimento de estratégias de pendularidade, definindo, em suma, um tipo de descentralização residencial que se materializa ao nível da apropriação urbana de padrões de localização residencial estritamente periféricos.

Antes de prosseguir, convém deixar explícitas as características de distribuição espacial da população e do emprego na área do Grande Porto ao longo da primeira metade do século.

Por um lado, a imagem de descentralização demográfica (residencial) que caracteriza a área em estudo desde o início do século não tem equivalência ao nível da configuração espacial do emprego; para além de a cidade do Porto se constituir até muito recentemente em espaço quase exclusivo de concentração de um emprego terciário pouco expressivo (Cardoso, 1990), verifica-se também a sua hegemonia ao nível da repartição espacial do emprego industrial: de acordo com os elementos constantes do inquérito industrial de 1959, cerca de 53 % do pessoal ao serviço no Grande Porto localizam-se no território citadino, o que dá continuidade ao posicionamento já esboçado nos anos 40, a partir de dados referentes à contribuição industrial (Garrett, 1946), e se ajusta à manutenção dos padrões de implantação industrial dominantes desde finais do século XIX (Vázquez, 1989 *a*, 1991).

Por outro lado, há que destacar o facto de até 1960 se acentuar a representatividade dos concelhos periféricos à cidade do Porto na concentração espacial da população residente activa afecta às actividades produtivas industriais, cujo peso percentual, naquele ano e em relação ao total existente no Grande Porto, se aproxima de 64 %; em contrapartida, é notória a polarização exercida pelo concelho portuense ao nível dos agentes activos do sector terciário (63 % dos activos do sector existentes no Grande Porto em 1960).

A conjugação das duas situações referidas permite concluir da existência de um desfasamento espacial significativo entre a oferta de força de trabalho e de emprego industrial nas duas unidades espaciais em confronto, revelando a importante incidência de fenómenos de pendularidade em direcção ao centro urbano do Porto.

Importa agora reflectir sobre a circunstância de não ser possível associar a funcionalidade residencial referida a condições exclusivamente reguladas pelo mercado de trabalho portuense ou, em geral, pela dinâmica urbana. É que aquela pendularidade ganha sentido e importância perante o envolvimento da população residente nos espaços periféricos em processos de pluriactividade ao nível do agregado familiar, os quais exprimem o abandono

de uma lógica de sobrevivência unicamente vinculada à exploração agrícola. Abandono de que é representativa a elevada percentagem de empresas familiares imperfeitas detectada pelo inquérito às explorações agrícolas do continente (1952-54) nos concelhos limítrofes do Porto, a qual chega a ser superior a 84 % nos da Maia, Matosinhos e Vila Nova de Gaia<sup>10</sup>.

O facto de o emprego não agrícola ser entendido como um complemento ou recurso adicional à economia familiar, conjugado com o baixo custo de reprodução social que deriva da preservação do alojamento local e da sua articulação com o recurso terra, funciona como factor de *diferenciação espacial* das condições de oferta de mão-de-obra, dados os seus efeitos na oferta, do lado da periferia, de uma força de trabalho flexível, porque ajustável às flutuações da procura e capaz de suportar salários reduzidos.

Embora a incidência local destes processos de pluriactividade nem sempre se relacione com o mercado de trabalho do centro urbano portuense — dada a sua articulação com estruturas locais de emprego, como adiante se analisa —, importa sublinhar, para já, a sua influência na dinamização da funcionalidade residencial em causa, apesar de condicionada pelas solicitações que emanam da actividade económica do epicentro urbano.

A dominante concentração urbana das actividades industriais, a sua elevada especialização sectorial, centrada em indústrias com forte dependência do factor trabalho (indústrias têxtil, de vestuário e calçado), o lento desenvolvimento industrial que marca a primeira metade do século, apenas pontualmente atenuado por surtos expansionistas de pequena duração (Castro, 1979; Ferrão, 1986; Medeiros, 1978; Telo, 1980), as suas consequências numa procura intermitente de mão-de-obra e, finalmente, a permeabilidade do meio urbano à forte movimentação sindical e conflitualidade laboral que caracteriza o final das duas primeiras décadas do século (Medeiros, 1978; Telo, 1980) são aspectos que desde cedo tornam particularmente vantajosa aquela diferenciação espacial e justificam o progressivo alargamento periférico do mercado de trabalho portuense, segundo a vertente em análise.

De notar, mais uma vez, o carácter instrumental assumido pela rede de transportes públicos, cuja acessibilidade a uma população de recursos escassos é facilitada pela progressiva diminuição das tarifas de transporte, proporcionada, em 1906, pela introdução de um sistema de tarifas especial para os operários fabris e, em 1912, pela generalizada electrificação da rede.

Um dos efeitos mais visíveis do desenvolvimento dos processos de pluriactividade e de manutenção do alojamento local referidos diz respeito à retenção da população perante estratégias imigratórias de carácter definitivo (Almeida, 1986). Situação que concorre, em conjunto com o crescimento

---

<sup>10</sup> Cf. Martins (1973), pp. 251, 260-261. Segundo a definição adoptada pelo inquérito referido, uma empresa familiar imperfeita envolve o caso de o empresário ou os membros da família necessitarem de trabalhar fora da exploração para suprir a insuficiência do rendimento desta. Acerca da difícil viabilidade económica da agricultura nos concelhos periféricos à cidade do Porto, v. também Garrett (1950).

natural do volumoso contingente populacional dos concelhos periféricos, para a estabilidade demográfica destes, estabilidade que alimenta a disponibilidade periférica de mão-de-obra não agrícola e não carente de formas de alojamento urbano.

Assim sendo, mesmo na ausência de fluxos imigratórios importantes, o centro urbano portuense não deixa de dispor de uma oferta de mão-de-obra quase infinitamente elástica (Bini, 1976) e com uma flexibilidade adequada aos estímulos, temporalmente diferenciados, da sua capacidade de produção/consumo, ao mesmo tempo que faz recair sobre os espaços periféricos os custos de reprodução social associados à infra-estrutura habitação, o que se adequa à sua contínua incapacidade em promover formas de habitação de baixo custo.

Nestas condições, a *inevitabilidade* do lento crescimento demográfico citado, abordada na secção anterior, aparece reforçada. O que, se, por um lado, põe em destaque o modo como práticas sociais específicas aos concelhos periféricos afectam os fundamentos do crescimento urbano, por outro lado, chama a atenção para o contexto de mão-de-obra excedentária, do lado da oferta, que pode derivar da incidência de movimentos imigratórios definitivos.

Evidentemente, a incidência local das estratégias de pendularidade que suportam a articulação dos espaços urbano e suburbano até agora referenciada é restringida pela configuração espacial do prolongamento periférico da rede de transportes colectivos.

Será somente a partir dos anos 50 que a generalização do uso de veículos motorizados (motociclos) vai permitir a maior difusão espacial daquelas estratégias, as quais se consubstanciam, inclusive, em espaços exteriores ao Grande Porto, promovendo a constituição do que Ferreira de Almeida chama, expressivamente, «aldeias-dormitório» subsidiárias do pólo urbano-industrial portuense (Almeida, 1986).

Atente-se agora na prevalente existência de formas de povoamento difuso nos concelhos periféricos, as quais dificultam a acessibilidade aos nodos do sistema de transportes público —e, portanto, ao mercado de trabalho portuense— para estratos sociais dotados de reduzida mobilidade, por um lado, e o dinamismo demográfico presente na quase totalidade das freguesias periféricas —sendo inegável, contudo, a sua maior intensificação naquelas menos distanciadas do epicentro urbano—, por outro lado; ambos são aspectos que colocam em evidência a importância de *estruturas locais de emprego* na funcionalidade dos concelhos periféricos.

É que a função produtiva industrial dos concelhos periféricos, se, por um lado, é devedora do desenvolvimento de indústrias com forte concentração sectorial e espacial (caso das indústrias de conservas de peixe em Matosinhos), por outro lado, apresenta-se suportada pela eficácia de um tecido industrial relativamente diversificado e apoiado numa rede de pequenas unidades territorialmente disseminadas em consonância com o padrão de povoamento dominante (Garrett, 1946, 1947, 1950).

As razões para a persistente sobrevivência e dinamismo destas estruturas produtivas industriais de pequena dimensão (as quais envolvem tanto a crescente mobilização de esquemas produtivos já existentes como a génese local de novas iniciativas) encontram-se na sua articulação com os fenómenos de pluriactividade agrícola, articulação esta que, para além de se ajustar às exigências de pendularidade de pequeno raio de uma população dotada de reduzida mobilidade, tem efeitos numa capacidade produtiva flexível e de baixo custo, favorecendo, quer o crescente recurso à segmentação do processo produtivo por parte das indústrias urbanas, quer a eficácia de interdependências industriais. Mas encontram-se também no contexto de mão-de-obra excedentária que deriva da incidência de importantes fluxos imigratórios no Grande Porto e nas características de implantação residencial destes.

É que aqueles excedentes de mão-de-obra, por um lado, o baixo custo de reprodução social que deriva da exteriorização periférica da sua residência e da sua articulação com o recurso terra, por outro lado, e ainda a fixação residencial em zonas de elevada densidade viária propícia à articulação do sistema produtivo local tendem a favorecer a proliferação de actividades produtivas artesanais ou de pequeno porte, com reduzidas exigências em salários e lucros — condição para que aquelas actividades absorvam quantidades crescentes de mão-de-obra, dado que é ao nível do preço que se tornam competitivas. O facto de estas formas de produção poderem responder às exigências da capacidade produtiva urbana chama a atenção para a impossibilidade de se lhes atribuir uma funcionalidade residual.

As situações expostas propiciam a ampliação, em moldes flexíveis e a custos reduzidos, da capacidade produtiva industrial citadina. Mas, se, por um lado, constituem dimensões de reprodução do aparelho industrial citadino, por outro lado, não deixam de ser reguladas por mecanismos endógenos aos espaços periféricos e aos seus agentes sociais, o que se traduz na persistente conservação das suas características de estruturação territorial.

#### 4. CRESCIMENTO URBANO E SUBURBANIZAÇÃO: UM PROCESSO RELACIONAL

As formas de articulação territorial dos espaços urbano e suburbano acima explicitadas revelam uma persistência temporal que questiona o seu eventual carácter transitório perante o acentuar do desenvolvimento urbano e dos seus efeitos de difusão espacial. Questão que suscita uma outra referente ao modo como o conjunto de dinamismos e efeitos mediadores locais podem contribuir para a perpetuação de uma lógica de crescimento urbano e industrial assente na sua mobilização.

Sabe-se como a elevada disponibilidade de força de trabalho não agrícola, e não carente de formas de alojamento urbano, existente nos concelhos peri-

féricos pode ter um *duplo* efeito no modo evolutivo do pólo urbano-industrial portuense.

Por um lado, permite esquemas flexíveis de adaptação aos estímulos do mercado de trabalho portuense, realizados através de estratégias de pendularidade, o que não deixa de ter consequências na contenção de solicitações demográficas externas, virtualmente exigíveis pela expansão da capacidade de produção/consumo da economia urbana, e, portanto, na contenção do crescimento urbano. Ao fazer recair sobre os espaços periféricos os custos de reprodução social, adequa-se à deficiente infra-estruturação da cidade, em matéria de habitação social, e concorre para a sua perpetuação; gera, em contrapartida, a conservação/reprodução do alojamento inscrito em pequenas parcelas rurais (Almeida, 1986).

Por outro lado, a existência de uma elevada disponibilidade de mão-de-obra nas condições referidas é propícia, como oportunamente se salientou, ao desenvolvimento de esquemas produtivos locais, logo, à articulação da função produtiva industrial dos espaços urbano e suburbano —via esquemas associados tanto a estratégias de segmentação produtiva como de interdependências industriais—, a qual não deixa de constituir solução para as exigências de expansão da capacidade produtiva industrial centralizada pelo epicentro urbano.

O que ambos estes efeitos revelam, importa acentuar, é o modo como se desenvolve entre os espaços urbano e suburbano uma estratégia *relacional* que permite quer a manutenção de um crescimento urbano moderado, porque subsidiado pelas características (sociais, económicas e espaciais) do território envolvente, quer a persistência destas (v. fig. 1).

De reter, neste contexto, as repercussões do fenómeno imigratório no aumento dos excedentes de mão-de-obra e na proliferação das dimensões de reprodução social e de articulação económica assinaladas. É que aquele processo relacional, ao actuar ao nível da rejeição de um modelo de crescimento urbano e industrial suscitador de uma elevada procura de força de trabalho externa e de elevados investimentos na reprodução do sistema económico e social, concorre para a sua própria preservação.

Concorre também para a *autonomia* relativa do fenómeno suburbano, cuja visibilidade se apresenta, inclusive, ao nível da conservação das principais dimensões de estruturação territorial dos espaços periféricos. Autonomia que apareceria reforçada se, ao longo do período temporal analisado, se tivesse tido em atenção a incidência de dinâmicas estritamente locais, ou, ao contrário, diminuída, se se atentasse nas características mais recentes da suburbanização portuense. Mas que, de qualquer modo, não deixa de pôr em causa o estatuto, genericamente atribuído ao espaço suburbano, de reserva espacial passivamente sujeita à lógica do desenvolvimento urbano. Chegados a este ponto, importa retomar as considerações desenvolvidas no início acerca dos usuais princípios explicativos do fenómeno de suburbanização.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O evoluir do discurso teórico e da investigação empírica sobre a questão suburbana tem sido acompanhado pela perda da sua especificidade.

A suburbanização começa por ser encarada como fenómeno singular do contexto urbano de referência, discutindo-se a sua natureza de contornos diluídos entre o «rural» e o «urbano» e preservando-se o mito da suburbanização como «modo de vida»<sup>11</sup>.

Este acento inicial na especificidade começa por ser posto em causa pela relutância em se admitir a postura determinista do espaço sobre as estruturas sociais, que dá conteúdo ao postulado da suburbanização como modo de vida<sup>12</sup>. É claramente recusado na recente prevalência de princípios explicativos que empolam a acção de processos globais vinculados ao modo de desenvolvimento económico e social<sup>13</sup>.

O enquadramento da suburbanização liberto de especificidades surge estreitamente associado a um cenário generalizado de crescimento urbano. A suburbanização adquire o estatuto de configuração espacial do desenvolvimento urbano e é inserida num processo de convergência urbano-metropolitana do desenvolvimento económico, no qual o centro urbano principal desempenha o único papel regulador do conseqüente processo de difusão espacial, o qual consagra uma relação de forte dependência da periferia em relação àquele centro. Por outras palavras, a ausência de especificidades no entendimento da suburbanização tem como vertente importante a passividade dos espaços periféricos.

As considerações desenvolvidas nas secções anteriores para a área do Grande Porto põem em causa uma tal passividade e, em consequência, a força dos quadros explicativos que a sustentam. Em contrapartida, dão conteúdo à interferência de processos e condições intrínsecos aos espaços periféricos, os quais se vão condensar numa relativa autonomia do modo de evolução suburbana, regulando, concomitantemente, a própria evolução do centro urbano principal.

De novo colocada a questão das especificidades na abordagem da questão suburbana — embora em moldes distintos do observado anteriormente —, a sua pertinência coaduna-se com a relevância que tem sido dada ao local em diferentes sedes disciplinares<sup>14</sup>.

Em particular, e no domínio próximo dos processos de disseminação espacial da urbanização, P. Aydalot tem acentuado o contributo de princípios explicativos assentes na divisão espacial do trabalho<sup>15</sup>. Mas a significação

---

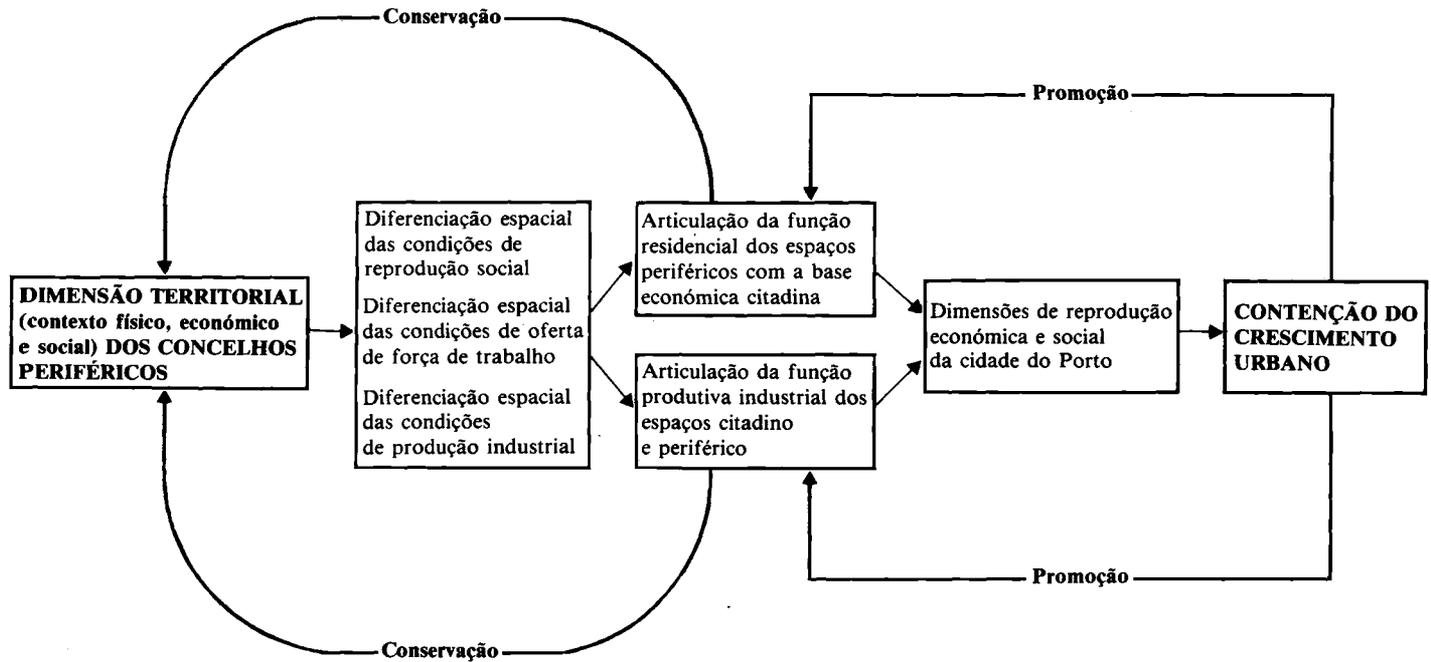
<sup>11</sup> Berger (1868) e Gans (1968) contêm uma síntese das inúmeras publicações e autores afetos a esta posição.

<sup>12</sup> V. Berger (1968) e Gans (1968), entre outros.

<sup>13</sup> V., nomeadamente, Walker (1981), Jaillet e Jalabert (1982).

<sup>14</sup> V. Ginatempo (1985), Pahl (1981, 1985), Sayer (1984), Urry (1981, 1985), Storper e Scott (1986), entre outros.

<sup>15</sup> V., nomeadamente, Aydalot (1984, 1986).



Crescimento e suburbanização no Grande Porto

Figura 1

que o contexto local, via diferenciação geográfica do mercado de trabalho, adquire nestas interpretações não é propriamente a mesma que releva da perspectiva relacional desenvolvida para o Grande Porto. Enquanto naquelas se continua a veicular uma lógica de forte dependência funcional dos espaços excêntricos face ao epicentro urbano (ainda que modelada pela acção de condições específicas àqueles), a qual subjaz à crescente corporização deste como centro de decisão privilegiado<sup>16</sup>, a perspectiva relacional em referência não deixa de ampliar o sentido e a interferência das especificidades locais no modo evolutivo dos espaços urbano e suburbano.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, J. (1986), *Classes Sociais nos Campos: Camponeses Parciais Numa Região do Noroeste*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- AYDALOT, P. (1984), *À la recherche des nouveaux dynamismes spatiaux*, in Aydalot (ed.) (1984).
- AYDALOT, P. (ed.) (1984), *Crise et espace*, Economica, Paris.
- AYDALOT, P. (1986), *Declino urbano o crisi urbana? Il caso francese*, in Gibello (ed.) (1986).
- BERG, L., et al. (1982), *Urban Europe: a Study of Growth and Decline*, Oxford, Pergamon Press.
- BERGER (1968), *Myths of American Suburbia*, in Pahl (ed.) (1968).
- BINI, P. (1976), *Economia periferica e classi sociali*, Liquori Editore, Nápoles.
- CAMPOS, E. (1932), *Prólogo ao Plano da Cidade do Porto*, Emp. Indústria Gráfica do Porto, Porto.
- CARDOSO, A. (1983), *State Intervention in Housing in Portugal 1960-1980*, Phd. thesis, University of Reading.
- CARDOSO, A. (1990), *De Ponte a Ponte: o Processo de Urbanização da Área Metropolitana do Porto desde os Anos Cinquenta*, Perspectivas n.º 4, CCRN, Porto.
- CASTRO, A. (1979), *A Economia Portuguesa do Século XX (1900-1925)*, 3.ª ed., Edições 70, Lisboa.
- DEAR, M., e A. Scott (eds.) (1981), *Urbanization and Urban Planning in Capitalist Society*, Londres, Methuen.
- DREWETT, R. (1986), *Verso la rurbanizzazione e la deconcentrazione: il dualismo dello sviluppo urbano europeo, 1950-1980*, in Gibelli (ed.) (1986).
- DREWETT, R., e A. Rossi (1981), *General Urbanization Trends in Western Europe*, in Kiaassen et al. (eds.) (1981).
- FERRÃO, J. (1986), *Indústria e Valorização do Capital*, dissertação de doutoramento, Lisboa.
- GANS, H. (1968), *Urbanism and Suburbanism as Ways of Life*, in Pahl (ed.) (1968).
- GARRETT, A. (1946), «A indústria e o plano regional do Porto», in *A Indústria do Norte*, n.ºs 323-324.
- GARRETT, A. (1947), «Perspectivas de urbanização na região do Porto em função dos caracteres populacionais», in *Revista do Centro de Estudos Demográficos*, n.º 4, INE, Lisboa.
- GARRETT, A. (1950), «A agricultura e a indústria da região do Porto», in *A Indústria do Norte*, n.ºs 365-366.
- GARRETT, A. (1974a), *Para Quando Um Plano Director da Região do Porto?*, CECUP, boletim n.º 3, Porto.
- GARRETT, A. (1974b), *História da Evolução dos Planos Gerais de Urbanização da Cidade do Porto*, CECUP, boletim n.º 14, Porto.

- GIBELLI (ed.) (1986), *La revitalizzazioni delle area metropolitane*, Milão, CLUP.
- GINATEMPO, N. (1985), «Social reproduction and the structure of marginal areas in Southern Italy: some remarks on the role of the family in the present crisis», in *International Journal of Urban and Regional Research*, vol. 9, pp. 99-112.
- GREGORY, D., e J. Urry (eds.) (1985), *Social Relations and Spatial Structures*, MacMillan, Basingstoke.
- GRIFFITH *et al.* (eds.) (1983), *Evolving Geographical Structures*, The Hague, M. Nijkaff.
- GROS, M. (1982), *O Alojamento Social sob o Fascismo*, Afrontamento, Porto.
- HARLOE, M., e E. Lebas (eds.) (1981), *City. Class and Capital*, Arnold, Londres.
- JAILLET e Jalabert (1982), «La production d'espace urban périphérique», in *Revue géographique des Pyrenées et du Sudouest*, t. 53, F1, 1982, pp. 7-26.
- KLASSE *et al.* (eds.) (1981), *Dynamics of Urban Development*, Aldershot, Gower.
- MARTINS, J. (1973), *Estruturas Agrárias em Portugal Continental*, vol. 1, Prelo Editora, Lisboa.
- MEDEIROS, F. (1978), *A Sociedade e a Economia Portuguesa nas Origens do Salazarismo*, A Regra do Jogo, Lisboa.
- NIJKAMP, P. (1983), *Technological Change, Policy Response and Spatial Dynamics*, in Griffith *et al.* (eds.) (1983).
- OLIVEIRA, J. (1973), *O Espaço Urbano do Porto*, IAC, Coimbra.
- PAHL, R. (ed.) (1968), *Readings in Urban Sociology*, Pergamon Press, Oxford.
- PAHL, R. (1981), *Employment, Work and the Domestic Division of Labour*, in Harloe e Lebas (eds.) (1981).
- PAHL, R. (1985), *The Restructuring of Capital, the Local Political Economy and Household Work Strategies*, in Gregory and Urry (eds.), (1985).
- RESENDE, M. (1952), «A evolução territorial da cidade do Porto e a orientação a seguir para a urbanização das zonas residenciais», in *Civitas*, vol. 2, ano VIII, pp. 221-227.
- SAYER, A. (1984), *Method in Social Science: A Realist Approach*, Hutchinson, Londres.
- SCOTT, A., e M. Storper (1986), *Industrial Change and Territorial Organization: a Summing up*, in Scott and Storper (eds.) (1986).
- SCOTT, A., e M. Storper (eds.) (1986), *Production, Work, Territory*, Allen & Unwin, Boston.
- STORPER, M., e A. Scott (1986), *Production, Work, Territory: Contemporary Realities and Theoretical Tasks*, in Scott and Storper (eds.) (1986).
- TEIXEIRA, M. (1985), «Do entendimento da cidade à intervenção urbana. O caso das ilhas da cidade do Porto», in *Sociedade e Território*, 2, pp. 76-89.
- TELO, A. (1980), *Decadência e Queda da 1.ª República Portuguesa*, 1.º e 2.º vols., A Regra do Jogo, Lisboa.
- URRY, J. (1981), «Localities, regions and social class», in *International Journal of Urban and Regional Research*, vol. 5, pp. 445-75.
- URRY, J. (1985), *Social Relations, Space and Time*, in Gregory and Urry (eds.) (1985).
- VÁZQUEZ, I. (1989a), *Crescimento Urbano e Suburbanização. Anos 30-60*, fotocópia.
- VÁZQUEZ, I. (1989b), *A Evolução da Cidade do Porto e a Estruturação dos Concelhos Periféricos: Algumas Considerações sobre Modalidades de Articulação Territorial*, comunicação apresentada ao congresso «O Porto na época contemporânea» organizado pelo Ateneu Comercial do Porto, Porto.
- VÁZQUEZ, I. (1990), *A Evolução Recente do Grande Porto (1960-81)*, fotocópia.
- VÁZQUEZ, I. (1991), *A Reestruturação do Espaço Urbano do Porto na Segunda Metade do Século XIX*, fotocópia.
- WALKER, R. (1981), *A Theory of Suburbanization: Capitalism and the Construction of Urban Space in United States*, in Dear and Scott (eds.) (1981).